FORMAÇÃO POPULAR DO MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES FAMILIARES DA CONTAG: CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.

Ana Paula Ribeiro Ramos Martinenghi[1]

Ana Carolina Bordini Brabo Caridá[2]

Resumo:

No texto, discutem-se dados de investigação realizada junto à CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e ENFOC (Escola Nacional de Formação da CONTAG), a fim de se entender como a educação ambiental tem sido incorporada à luta e formação sindical. As informações foram obtidas por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental de anais de congressos promovidos pela confederação, documentos de experiências produzidas nos cursos de formação da ENFOC e documentos disponibilizados no site da confederação. Os resultados do estudo indicam que as ações de formação têm foco no desenvolvimento sustentável, onde a educação ambiental aparece, através de seus princípios, em conjunto com a educação popular, baseada nos métodos de Paulo Freire.

Palavras-Chave: Educação ambiental, movimento sindical, MSTTR, ENFOC.

[1] Acadêmica do curso de Especialização em Educação Ambiental com ênfase na formação de professores, do Instituto Federal de Santa Catarina, campus São José/SC. Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). anapaularamos28@gmail.com.

[2] Professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Mestra em Sociologia Política, licenciada e bacharel em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). ana.carida@ifsc.edu.br.

1 Introdução

A história do Brasil é marcada por um modelo de desenvolvimento conservador e concentrador da terra e da renda, que resultou em problemas sociais, econômicos e ambientais. O sistema capitalista alterou a ideia de progresso, como também a ideia de enriquecimento, valorizando acima de tudo a multiplicação da produção de bens e consumo, ampliando a exclusão e aprofundando das desigualdades sociais (LIMA FILHO, 2008). O movimento sindical dos trabalhadores rurais surge a partir da necessidade de defesa dos trabalhadores do campo, da luta pela terra e da organização da categoria, culminando na necessidade de formação de lideranças e na consolidação de um processo formativo orgânico ao movimento sindical.

O sistema confederativo do MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, tem em sua base 27 federações e mais de 4.000 sindicatos que atuam diretamente com os agricultores e agricultoras familiares, trabalhadores e trabalhadoras rurais e demais representados. Para discutir o sistema capitalista em que estamos inseridos e levar conhecimento a sua base, o movimento sindical debateu e chegou a idealização e concepção da Escola de Formação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - ENFOC/CONTAG, com um projeto pedagógico de transformação da sociedade, através da educação popular, baseando suas ações pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS.

Essa estrutura tem potencial para que a formação política do MSTTR chegue nos lugares mais remotos de nosso país, construindo uma rede de educadores com o propósito de fortalecer práticas transformadoras na sociedade, pensando no desenvolvimento de seus dirigentes, assessores, lideranças, agricultores e de toda a base de representação. Quando o movimento sindical se baseia em um projeto alternativo de desenvolvimento, para contrapor o que é vivido na atualidade e realiza a formação de multiplicadores para que essas concepções cheguem a realidade prática dos agricultores, é importante a realização de um estudo que comprove o quão efetivo e concreto é esse processo. Estando baseado numa concepção sustentável e solidária e que vem ao encontro dos princípios da educação ambiental, é essencial que se traga os resultados dessa transformação junto aos indivíduos.

Do ponto de vista metodológico, os resultados deste estudo e a discussão aqui apresentada são fruto de pesquisa bibliográfica em que se procurou realizar um

levantamento de materiais, artigos, bibliografias que tenham abordado a relação sindicalismo rural, educação popular e ambiental e a inter-relação dos temas. Paralelamente, procedeu-se, também, à análise documental de publicações produzidas pela CONTAG a partir de 1995 com a discussão do PADRS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e depois com a evolução para PADRSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Nesse percurso, foi possível acessar os anais de congressos realizados pela confederação, materiais divulgados pela ENFOC e documentos disponibilizados no site da confederação.

O texto apresenta, inicialmente, o sentido da educação popular, os caminhos e trajetórias trilhadas pela MSTTR, e a relação da formação sindical com a educação ambiental, alguns aspectos considerados primordiais para compreender o objeto investigado. Então, buscamos analisar e compreender, como a ENFOC concretiza os temas de educação ambiental dentro da sua estratégia formativa, qual a visão do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTTR) em relação à educação ambiental dentro de suas estruturas políticas e como é importante a formação dos sujeitos que vivem no campo e do campo para as concepções sobre educação ambiental e como essas concepções são colocadas em prática pelos agricultores.

2 A Educação Ambiental Popular

Antes de falarmos sobre educação ambiental popular, precisamos definir o termo “popular”. Paulo Freire (2011) traz o popular como aquele que vive sem as condições elementares para o exercício de sua cidadania e que está fora da posse e uso dos bens materiais produzidos pelo sistema econômico atual. Ao falar em educação popular estaremos assumindo o conceito de educação criado pelas classes populares, através de suas práticas, ou seja, a educação que foi forjada pelos trabalhadores e trabalhadoras em suas lutas constantes para enfrentar as contradições do capitalismo, que dão sustentação aos seus cursos de formação política e escolas de trabalhadores.

Na visão de Freire (2011), a educação é feita com o povo, com os oprimidos ou com as classes populares. Assim temos a denominação “educação popular", porque traz como concepção uma educação libertadora, que ao mesmo tempo é a

nossa lógica do conhecimento, sendo também política, ética, promovendo novas relações sociais. Logo, podemos definir a educação popular como uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas, permeado por uma base política estimuladora de transformações sociais e orientado por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade.

> A principal característica da educação popular é utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino, é aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas gerados pelo próprio cotidiano daqueles que estão vivenciando o processo (BRASÃO, H. J. P.; et.al., 2018, p.216).

O processo de ensino e aprendizagem é visto como ato de conhecimento e transformação social, sendo pautada na perspectiva política. É diferente da educação tradicional porque não é uma educação imposta, já que se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo. É diferente de uma educação informal porque possui uma relação horizontal entre educador e educando.

A educação popular visa a formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para afirmação do sujeito. É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social objetivando trabalhar as necessidades populares. Segundo Freire (2011), o resultado desse tipo de educação é observado quando o sujeito pode situar-se bem no contexto de interesse. Ela não se restringe pelos contextos, busca caracterizar os ambientes em que ela precisa ser trabalhada, mas as aplicações mais comuns ocorrem em assentamentos rurais, movimentos sindicais e populares, em instituições socioeducativas, em aldeias indígenas e no ensino de jovens e adultos.

Para falar de educação ambiental não podemos deixar de ver que as questões socioambientais estão relacionadas a vários aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, físicos e químicos, por isso, é impossível pensar a educação ambiental e, consequentemente, a preservação ambiental desvinculada do processo de construção da cidadania. Segundo Carneiro et al (2012) "*a educação ambiental é uma dimensão educativa crítica que possibilita a formação de um sujeito-aluno cidadão, comprometido com a sustentabilidade ambiental, a partir de uma apreensão e*

compreensão do mundo enquanto complexo". Logo, o trabalho da educação ambiental precisa abordar a conservação do meio ambiente, tendo noção dos aspectos que o determinam, tendo vínculo com o contexto e compromisso com a formação para o exercício da cidadania e transformação da realidade. Entende-se que os princípios da EA são coerentes com a educação popular freireana no que se refere ao desenvolvimento da consciência cidadã do indivíduo e da coletividade principalmente através do diálogo frente aos problemas locais e globais.

> O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias (FREIRE, 1987).

Assim, segundo Dickman et.al. (2020), a busca pela solução dos problemas socioambientais embasados pela pedagogia freireana de educação popular implica no diálogo constante entre os sujeitos autores da sua história como forma de humanizar e melhorar o mundo. As formações dentro do MSTTR através da ENFOC e do PADRSS seguem os princípios da educação popular e também da educação ambiental.

3 Agricultura familiar e seu jeito de produzir.

A agricultura familiar é um ator determinante no que diz respeito a um novo modelo de desenvolvimento, tendo sua história de produção de alimentos no Brasil ligada à diferente trajetória desses cinco grupos: indígenas, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Apesar de diferentes, estão ligados sob uma mesma unidade: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem.

Enquanto a grande propriedade voltada à monocultura de exportação recebe estímulos e garantias dos governantes, esse mosaico de formas camponesas ligadas a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno é colocado à margem das políticas públicas. A delimitação formal do conceito de agricultor familiar, está prevista

na Lei 11.326, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 24 de julho de 2006:

> [...]considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

A delimitação legal do conceito de agricultor familiar combina como critérios o tamanho da propriedade, predominância familiar da mão-de-obra e da renda e gestão familiar da unidade produtiva. Tal delimitação, como não poderia deixar de ser, é abrangente o suficiente para incluir a diversidade de situações existentes no país. A Lei 11.326 prevê como beneficiários também:

> I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (BRASIL, 2006).

Dentre as características apresentadas, observando a perspectiva sustentável, temos que o trabalho da agricultura familiar não se resume na questão da produção. Envolve também o aspecto social, político, cultural, enfim a natureza e a vida em toda a sua extensão e relação. Com todas as especificidades trazidas, a agricultura familiar mostra sua importância, tanto para o movimento sindical, quanto para a sociedade brasileira. Segundo o Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017), no Brasil, a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agropecuários, com 80,9 milhões de hectares de área de terras, o que corresponde a 23% das áreas agrícolas no país.

Expressivamente sua produção impacta na vida da população, tanto na dinâmica econômica, como na ambiental e socialmente. Responsável pelo abastecimento interno de alimentos, a agricultura familiar tem grande importância pela dinâmica local de produção, consumo e geração de trabalho e renda. Com a representação desta categoria, o MSTTR não poderia deixar de pensar num processo formativo orgânico, que construísse um conhecimento crítico e criativo, onde a educação é uma ferramenta importante para formação de cidadãos e cidadãs conscientes no meio rural, compreendendo a importância de um projeto alternativo sustentável e solidário, respeitando a diversidade do nosso país.

4 O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e seu Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

O surgimento do MSTTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais por suas características merece um resgate histórico nesse momento. Nos anos 50, o campo foi palco de uma efervescência política, cujo resultado mais importante e evidente foi a constituição do movimento das Ligas Camponesas do Nordeste, que surgiram pela luta de manutenção da terra.

> Com efeito, a inquietação social no campo extrapolava a região Nordeste e espalhava-se por vários cantos do Brasil. Alguns exemplos: os posseiros, ameaçados de despejo, desencadeavam longas batalhas em Formoso e Trombas (Goiás), no sudoeste do Paraná e na baixada da Guanabara; em Santa Fé do Sul (São Paulo) houve sérios conflitos nos anos de 1950-60 envolvendo pequenos arrendatários e proprietários de terras; no Rio Grande do Sul surgiu o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER); as greves no campo multiplicavam-se numa escala sem precedentes (COLETTI, 2019).

As Ligas Camponesas transformavam-se no símbolo mais visível das lutas dos trabalhadores rurais no período que antecedeu o golpe civil e militar de 1964. Segundo Coletti (2019), nesse processo de rupturas e mudanças, pelas quais passava uma boa parte do campo brasileiro nas décadas de 1950 e 60, as transformações econômicas e a deterioração crescente das relações de dominação e dependência pessoal desencadeavam conflitos e a organização e luta do campesinato demonstravam uma força que começava a inquietar vários setores das classes dominantes. Logo, o estado

inicia a intervenção sobre a organização dos trabalhadores, regulamentando a fundação dos sindicatos com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR).

> O ETR copiava o modelo do sindicalismo oficial urbano: exigia a "carta de reconhecimento sindical" assinada pelo Ministro do Trabalho; criava a "contribuição sindical"; estabelecia como deveres dos sindicatos a colaboração com os poderes públicos e a manutenção de serviços de assistência para seus associados etc. (COLETTI, 2019).

A intervenção do estado no MSTTR segue durante o período da ditadura civil militar, regime instaurado em 1º de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o então presidente democraticamente eleito e que tornou o sindicato uma extensão do estado dominante sobre as classes trabalhadoras. Sem a efetiva luta dos trabalhadores, "*conquistamos*" a aposentadoria rural e demais *"benefícios*" para os trabalhadores rurais, previstos no Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), mais conhecido como FUNRURAL. A tendência dos sindicatos era um serviço assistencial aos seus associados. A marca assistencialista prevaleceu, constituindo-se para os trabalhadores, na primeira e, às vezes, na única função dos sindicatos de trabalhadores rurais. Ainda hoje o movimento sindical reflete essa intervenção e dependência do estado em suas ações.

Num contexto de uma nova concepção ou um resgate do verdadeiro sindicalismo, a organicidade do MSTTR se dá pela atuação das entidades que compõem a sua estrutura de forma articulada, respeitando os princípios e cumprindo as obrigações comuns deliberadas pelas instâncias (11º Congresso da CONTAG, 2013). Isto é imprescindível para garantir a representatividade e a legitimidade das entidades sindicais e do sistema confederativo junto à base.

O ponto de partida para a elaboração e implantação do PADRSS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário foi, sem dúvida, uma concepção de desenvolvimento diferente da que foi imposta ao campo e ao MSTTR. Segundo os anais do décimo congresso da CONTAG, a atuação política do MSTTR na implementação do PADRSS é desafiadora uma vez que exige ações e políticas

estruturantes que assegurem um processo de mobilização, organização e capacitação permanentes. Implica, portanto, na intervenção articulada e qualificada nos níveis local, estadual e nacional para avançar na luta e nas conquistas da classe trabalhadora frente ao modelo capitalista excludente no qual estamos inseridos.

O PADRSS foi pensado pelo MSTTR para contrapor o projeto de sociedade em que estamos inseridos, resgatar as lutas sociais dos trabalhadores, trazendo uma concepção de sustentabilidade e solidariedade. Traz em sua concepção que ser sustentável:

> significa a articulação dinâmica entre crescimento econômico, respeito à biodiversidade, ao patrimônio genético, ao meio ambiente, às tradições, relações, culturas e saberes, organização e participação política dos povos do campo, da floresta e das águas. Indica um desenvolvimento capaz de se manter e de se reproduzir em longo prazo, portanto garantindo o equilíbrio entre as pessoas que ali vivem, o ambiente, a natureza, a produção com resultados transformando em ambiente agradável e atrativo. (10º CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 2009).

O PADRSS tem por princípio a realização de uma ampla e massiva reforma agrária, ampliação, valorização e fortalecimento da agricultura familiar. A questão ambiental está presente em todas as ações previstas no PADRSS, vendo que a produção da agricultura familiar está diretamente ligada ao meio ambiente, a preservação dos recursos naturais, a importância das práticas agroecológicas na questão social da produção e para as famílias envolvidas. O projeto traz também muito forte a questão da formação para os sujeitos do campo, dirigentes sindicais, líderes em comunidades, uma formação voltada e baseada nos princípios populares, respeitando os sujeitos, o meio em que estão inseridos e suas práticas. O projeto não traz especificamente a educação ambiental em sua formação, mas relaciona, como já mencionado no texto, a formação popular embasada na educação criativa e crítica, igualmente abordado pelos princípios da educação ambiental e foca sua temática na preservação do ambiente.

5 Política Nacional de Formação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e sua Escola de Formação

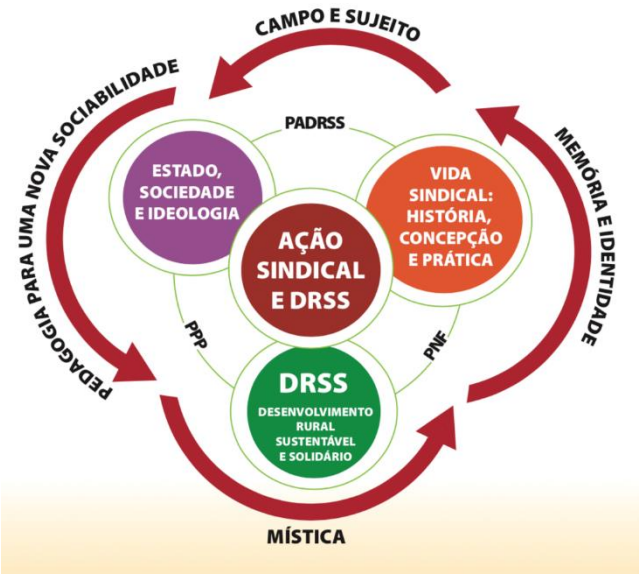
Quando falamos na educação como uma ferramenta importante para construir cidadãos e cidadãs conscientes no meio rural, precisamos pensar na estratégia ou nas ações para que essa educação seja acessível a todos os sujeitos citados. Inaugurada em Brasília, no dia 14 de agosto de 2006, a Escola Nacional de Formação (Enfoc) da CONTAG tem como lema “Enfoc, lugar de transformação política”. Segundo Costa, M. de J. C., et. al. (2017), “*Formação e processos formativos são termos legitimados pelo movimento sindical para definir o processo educativo e pedagógico realizado pela ENFOC*". Diferencia-se do modelo de escola tradicional não apenas no que se refere aos aspectos relacionados a conteúdos, objetivos, metodologia e estrutura física, mas, sobretudo, por suas concepções ideológicas, que se debruçam sob a perspectiva de uma educação libertadora (Freire, 2011). É uma escola itinerante, que não se realiza em um único espaço e nem de uma única maneira, nasce em torno das exigências do MSTTR para ampliar a capacidade político-organizativa dos dirigentes, na construção de um movimento classista, combativo e de intervenção.

A CONTAG divide a formação sindical em duas modalidades, a formação programada e a formação na ação, a programada acontece essencialmente através dos seminários, cursos e oficinas com currículo definido, a formação na ação ocorre nas mobilizações como Marcha das Margaridas, Grito da Terra Brasil, Festival Nacional da Juventude, assembleias, conselhos deliberativos, acampamentos, nos congresso, ou seja, no fazer cotidiano da ação sindical, porém é preciso que seja planejada e tenha a intencionalidade de formar. A Enfoc busca ser um instrumento de promoção de mudanças nas práticas políticas daqueles que integram a sua estrutura, dentro da perspectiva de *“[...] ampliar os olhares, mudar atitudes, qualificar ações e bandeiras de lutas, reavaliar comportamentos individuais, coletivos e organizativos de modo a favorecer o exercício de novas práticas*” (ENFOC, 2010). Para essa formação foi estruturado um plano de ação.

Sendo mais do que um plano de ação, o Plano Político Pedagógico explicita os princípios orientadores da formação, os sujeitos sociais envolvidos, os caminhos pedagógicos e metodológicos adotados, os processos de gestão e organização do trabalho pedagógico (ENFOC, 2010). Com quatro capítulos, o documento apresenta

os temas: Contextualização histórico-política do MSTTR; Pedagogia para uma nova sociabilidade; Estratégias e instrumentos para uma gestão compartilhada do PPP e linhas gerais da ENFOC e de seu funcionamento.

Figura 1 – Itinerário Formativo da ENFOC.



Fonte: ENFOC.

Aprofundando os temas abordados na introdução, o processo de modernização da agricultura brasileira, conservador, parcial, excludente e ecologicamente insustentável acelerou a exclusão social e a degradação ambiental no campo brasileiro, tal processo de desenvolvimento e as recentes transformações no meio rural, mantendo o seu caráter concentrador de terra e renda, criando demandas e exigindo respostas cada vez mais complexas por parte do movimento sindical. Desde superar a dicotomia entre urbano e rural, construída ao longo da história, onde o moderno e o avançado é o espaço urbano e industrializado; e o atrasado é o espaço do rural e da agricultura, assim, o rural precisava se modernizar.

Essa modernização implica uma intensificação da produção e da produtividade, estreitando a relação entre o campo e a indústria, O capital agroindustrial financeiro internacionalizado incorporou diversos espaços rurais à economia mundial, mediante a monocultura para exportação, especialmente a soja, a instalação de agroindústrias e a “integração” de parcelas dos agricultores ao mercado, além da expulsão de milhares de famílias, que atualmente aglomeram-se precariamente nos centros

urbanos, sendo esse processo redefinidor da questão cidade-campo.(Projeto Político Pedagógico, ENFOC).

Ao contrário desta dicotomia, precisamos fortalecer uma compreensão de ruralidade, segundo o PPP (2021, p.16), como um conceito de natureza territorial e não setorial, o que pressupõe forte integração de espaços, sujeitos, dinâmicas, organizações e principalmente o fortalecimento das identidades e o protagonismo dos sujeitos sociais na gestão do desenvolvimento, e principalmente na preservação da biodiversidade do planeta. Um itinerário pensado para alcançar e mudar seus educandos, educadores e todos que passam pela escola, com o objetivo de transformar as pessoas através de suas realidades, do meio em que vivem e seus espaços, dos meios de produção, da interação na sociedade e acima de tudo dos sujeitos.

Com base no desenvolvimento rural sustentável e solidário a ENFOC sistematiza suas experiências e produz materiais que guardam sua história e permitem o aprendizado, a pesquisa e a realização de ações junto a sua base. Material este que permitiu a realização desta pesquisa e enriquecimento do conhecimento.

6 Conclusão

A partir do caminho trilhado pelo MSTTR através da sua formação, pode-se enfatizar que muitos foram e são os desafios encontrados, superados ou não, para trabalhar a Educação Ambiental numa perspectiva crítica e transformadora. E a Escola de Formação tem papel fundamental nessa jornada. Para isso, são imprescindíveis diversos atores sociais, entre eles os movimentos sociais. A Agricultura Familiar, os trabalhadores rurais e demais sujeitos do campo, com sua organização e prática, sua formação orgânica, trazida para discussão neste artigo, constituem-se como atores sociais de extrema importância para a concretização de uma educação ambiental *crítica e transformadora*.

Em síntese, compreende-se que a educação ambiental não pode ser considerada apenas como uma teoria, um discurso, ou algo pronto dentro da formação do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Também não deve ser discutida somente por conveniência, dando visibilidade para meras ações isoladas, consideradas por alguns, por interesse e não por desconhecimento, como Educação Ambiental.

A Educação Ambiental consiste em uma proposta emancipatória que busca a superação ao modelo de sociedade no qual estamos inseridos e está presente nas ações, no PADRSS, na política nacional de formação do MSTTR, em sua escola de formação, mas principalmente junto a categoria representada pela CONTAG. O desafio é grande para que essa educação transformadora seja acessível e concreta nos mais distantes cantos de nosso país, mas sabemos o caminho e somos insistentes. Paulo Freire disse, "**Se a educação sozinha**, **não transforma a sociedade**, **sem ela tampouco a sociedade muda**. "

Referências bibliográficas

BRASÃO, H. J. P.; et.al. **Gramsci, Fiori e Freire- Educação popular para a liberdade.** Cadernos da Fucamp, v.17, n.31, p.209-220/2018.

BRASIL**. Lei Federal** nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 22 out.2021.

CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato; DICKMANN, Ivo. **Paulo Freire e Educação ambiental: contribuições a partir da obra Pedagogia da Autonomia.** R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 87-102, jan./abr. 2012. Disponível em: <. https://www.revistas.uneb.br/index.php/cienciassociais/article/view/8072>. Acesso 20 out. 2021.

COLETTI, Claudinei. **Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Brasil: origem e características fundamentais,** Revista de Direitos Fundamentais, ISSN 2675-0074, v. 1, n. 2, p. 129-149, jul. /dez. 2019

CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS, 10., 2009, Brasília. **Anais do 10º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: Desenvolvimento sustentável com distribuição de renda e cidadania para trabalhadores e trabalhadoras rurais.** Brasília: Dupligráfica Editora Ltda.,2009. 324p. Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=536&dc=1&nw=1>. Acesso em: 02 nov. 2019.

COSTA, M. DE J. C.; ASSIS, W. S. DE; GUERRA, G. A. D. **Formação para a militância sindical: Raízes.** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 37, n. 2, p. 152-165, 13 dez. 2017.

DE SOUZA, Tiago Zanquêta. A educação ambiental popular: contribuições em práticas sociais. **MOTRICIDADES: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, v. 2, n. 1, p. 60-70, 2018.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 27ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

IBGE. (2017). **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
LIMA FILHO, Antenor Martins de. **Sociedade, Desenvolvimento e Meio ambiente.** 2008. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/bibliotecas/index>. Acesso em: 20 nov. 2019.

Projeto Político Pedagógico – CONTAG. Disponível em: http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/93/f1260ppp-versao-final.pdf. Acesso em: 10 de out.2021.

LINS, Iara. **Multiplicação criativa, um entrelaçar de práticas e saberes.** 3. ed. Brasília: Dupligráfica Editora Ltda, 2012. 303 p. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/bibliotecas/index>. Acesso em: 02 dez. 2019.

SILVA, Raimunda de Oliveira; et.al. **ENFOC: repercussões de um jeito de ser escola.** Brasília: Dupligráfica Editora Ltda., 2010. 166 p. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/bibliotecas/index>. Acesso em: 02 out. 2021.

Abstract

In the text, data from research conducted with CONTAG (Confederation of Agricultural Workers) and ENFOC (CONTAG's National Training School) are discussed in order to understand how environmental education has been incorporated into union struggle and training. The information was obtained through bibliographical research, documental analysis of conference proceedings promoted by the confederation, documents of experiences produced in the ENFOC training courses and documents available on the confederation's website. The results of the study indicate that the training actions are focused on sustainable development where environmental education appears through its principles, with popular education based on the methods of Paulo Freire.

Keywords: Environmental education, trade union movement, ENFOC.